

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA -FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-LEdoC

NICOLAÇA OLMEDO PERES

**EVASÃO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO PONTAL DO
MARAPE - MT**

BRASÍLIA DF
2014

NICOLAÇA OLMEDO PERES

**EVASÃO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO PONTAL DO
MARAPE - MT**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília-UnB, como requisito parcial para a obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagem

Orientador: Profº. Dr..Djiby Mané

BRASÍLIA - DF

2014

NICOLAÇA OLMEDO PERES

EVASÃO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE - MT

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília-UnB, como requisito parcial para a obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagem.

Aprovado em _____ de _____ de 2014

Prof^o. Dr. DJIBY MANÉ
Professor Orientador

Prof.^a Mestranda ANA CRISTINA DE ARAUJO
Professora Avaliadora
UnB

Prof.^aDnd^aSEVERINA ALVES DE ALMEIDA
Professora Avaliadora
UnB

BRASILIA – DF
2014.

Dedico este trabalho a minha mãezinha querida, que infelizmente não se encontra mais entre nós, e que sempre sonhou em ver um de seus filhos formados. Mamãe demorou, mas aqui estou eu completando finalmente meu curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Ao meu esposo Altair, que com seu suporte e incentivo emocional e material, é fundamental para a realização tanto desta jornada, quanto em toda minha vida.

A todos os meus familiares que mesmo distantes, sempre me deram muita força, me fortalecendo com seus carinhos e compreensão. A todos os meus colegas da faculdade, em especial aos colegas de quarto, com quem pude dividir os momentos de saudade de casa.

Aos meus filhos, que foram incansáveis ao me incentivarem a não desistir, pois era muito difícil ficar mais de cinquenta dias fora de casa e deixar meu esposo sozinho, dedico este trabalho com muito amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e coragem que me foi dada. Sempre que estava deprimida era Nele que eu buscava força e consolo e Dele recebia a resistência para suportar a distância da família e para superar as dificuldades que às vezes encontrei nas disciplinas do ensino.

Dizem que os verdadeiros amigos são aqueles que arrancam os espinhos da roseira. Neste caso, graças a Deus, tenho muitos amigos.

Agradeço a meu esposo Altair, por ter feito tantos sacrifícios, para que eu seguisse ir em frente e não desistisse do meu objetivo, me dizendo que o caminho ia ser árduo, mas que no final tudo iria valer à pena. Sempre estive do meu lado, com todo seu carinho e compreensão, esperando minha volta com seu sorriso alegre estampado no rosto quando ia me buscar no ponto de ônibus. Se não fosse por ele, eu jamais teria iniciado esta jornada.

Aos meus filhos Jakson, Marcelo e à minha filha Thais, às minhas cunhadas Isalete e Elizabeth, que muito contribuíram para minha permanência na faculdade. Ao meu pai Narciso, sempre me desejando boa sorte, às minhas irmãs Marta, Martina, Carmem e Celi e a meus irmãos Francisco e Juliano o meu muito obrigada.

Agradeço muito a todos os professores e professoras por seu trabalho e dedicação e por sua generosidade em compartilhar seus conhecimentos. Agradeço especialmente ao professor Jair Reck, que sempre nos dizia para nunca nos darmos por vencidos e nunca aceitar as coisas como acabadas e a nos questionarmos.

Quero agradecer a minha amiga Deborah que muito contribuiu comigo, a todos os meus amigos e amigas de Ciema e Linguagem, em especial colega de quarto Marina e Sandra, pelos momentos tristes e alegres que passamos juntas e que vão ficar guardados em minha memória para sempre.

Enfim, para todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa, meus mais sinceros agradecimentos.

A educação que forma seres humanos completos é a educação que lapida consciência de si e do papel social, que não desiste, que cria vínculos, apoia e contribui, inclusive com os que nos decepcionam.

Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho apresenta o levantamento e análise de dados de Educação do Campo e realizou a partir de um estudo de caso no assentamento Pontal do Marape, localizado na Zona Rural do Município de Nova Mutum, Mato Grosso. As bases teóricas se fundamentam no diálogo com autores como Oliveira (2001), Reck (2007), Bogo (2008), Caldart (2004), Pistrack (2000) e Arroyo (1999). A pesquisa é subsidiada por entrevistas informais e individuais feitas com jovens e adultos pertencentes à comunidade escolar e evadidos do EJA, e com os coordenadores e corpo docente da Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira. O intuito foi verificar a ocorrência e os motivos da evasão escolar desses jovens e adultos, sua relação com a escola e os educadores, e compreender os motivos pelos quais os alunos não deram continuidade ao aprendizado durante a vida escolar e relacionar suas necessidades à metodologia já existente. Os resultados referentes à investigação dos motivos que levam à evasão dos alunos inseridos na Educação de Jovens e Adultos foram alcançados de forma satisfatória, com a contribuição dos autores dialogados e comunidade, sendo que as principais motivações apresentadas foram o desestímulo e o excesso de trabalho no campo.

Palavras Chave: Evasão Escolar. Educação do Campo. Metodologia.

ABSTRACT

The present work presents a survey and analysis of data to the Rural Education from the case study in Pontal do Marape settlement, located in the Municipality of Nova Mutum, MatoGrosso. The theoretical foundation is based on dialogue with authors like Oliveira (2001), Reck (2007), Bogo (2008), Caldart (2004), Pistrack (2000) and Arroyo (1999). The research is subsidized by business and individual interviews with young people and adults in the school community and escaped the Youth and Adult Education, and the coordinators and faculty Municipal School of Field Jorge Carlos Ferreira, seeking to verify the occurrence and the reasons for such truancy youth and adults, their relationship with the school and educators seeking to understand the reasons why students did not continue learning during school life and relate their needs to the existing methodology. The results concerning the investigation of the reasons that lead to dropout of students entered in Youth and Adult Education have been achieved satisfactorily, with the contribution of community dialogados and authors, with the main reasons given were discouraging and overwork in field.

Keywords: Student Dropouts. Field Education. Methodology.

LISTA DE ABREVIações

AMM	Associação Mato-Grossense dos Municípios
CNB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMPAER	Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
I ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEdoC	Licenciatura em Educação do Campo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAs	Projetos de Assentamento
PPP	Projeto Político Pedagógico
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas pra Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Mapa Mato Grosso/Nova Mutum	17
Figura 2– Projeto de Assentamento.....	17
Figura 3 – Barracão da escola.....	20
Figura 4 – Alunos da primeira turma.....	20
Figura 5– Escola nova	21
Figura 6 – Salas de aula (frente)	21
Figura 7 – Salas de aula e pátio traseiro	22
Figura 8 – Quadra poliesportiva coberta.....	22
Figura 9 – Reunião para discussão da Pedagogia da Alternância.....	24
Figura 10 – Cobertura da mídia local.....	25
Figura 11 - Mapa Brasil/Mato Grosso	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 METODOLOGIA	16
1.1 Metodologia da pesquisa.....	17
1.2 Descrição da comunidade	16
1.3 A Escola e a Comunidade Escolar	19
1.4 Pedagogia da Alternância na Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1 Breve Histórico da Educação do Campo no Brasil.....	27
2.2 Os Sujeitos da Educação no Campo.....	30
3 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	33
3.1 Análise das Entrevistas com Funcionários da Escola	33
3.2 Evasão Escolar no Ensino Regular	33
3.3 Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos.....	34
3.4. Análise das Entrevistas com os Alunos	34
3.4.1 Motivos de Evasão na Visão do Aluno	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
APÊNDICES	44
APÊNDICE I - Roteiro para Entrevista - Educadores	44
APÊNDICE II - Roteiro para Entrevista - Alunos	44

INTRODUÇÃO

Minha experiência como acadêmica de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC da Universidade de Brasília me levou a observar a comunidade em que vivo sob novo prisma. Em uma breve pesquisa de campo, constatei que nela há muitos jovens e adultos fora da escola e, como o conhecimento acarreta em responsabilidade, sinto-me no dever de contribuir para a solução do problema e para o desenvolvimento de minha comunidade.

Nesse aspecto, acredito que a melhor contribuição que posso dar é lançar a proposta da aplicação de uma nova metodologia educacional, com base na educação do campo, de modo a despertar o interesse desses jovens e adultos a retomarem seus estudos, garantindo assim, seu futuro e o desenvolvimento da comunidade e da região.

A presente pesquisa faz um levantamento e análise de dados referentes ao homem do campo, com a proposição de uma Metodologia de Ensino diferenciada, voltada à Educação do Campo, que contemple a articulação da cultura e do saber do homem do campo, com os conteúdos programáticos regulares, tornando as aulas mais atrativas para os alunos, sejam estes do Ensino Regular ou integrantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O principal tema da pesquisa é a Educação do Campo e para seu desenvolvimento foi feito um estudo de caso, no assentamento Pontal do Marape, localizado na Zona Rural do Município de Nova Mutum, Mato Grosso. As basesteóricas se fundamentam no diálogo com autores como Oliveira (2001), Reck (2007), Bogo (2008), Caldart (2004), Pistrack (2000) Arroyo (1999). A pesquisa também é subsidiada por entrevistas informais e individuais feitas com jovens e adultos pertencentes à comunidade escolar e evadidos do EJA, e com os coordenadores e corpo docente da Escola Jorge Carlos Ferreira.

A evasão escolar na escola Jorge Carlos Ferreira, como em grande parte das escolas do país, bem como o índice de repetência, é fonte de grande preocupação. Esse problema é uma constante no meio rural e ocorre por vários motivos. Diante disso, se vê a necessidade de construir uma educação voltada

para o campo, respeitando os espaços culturais e saberes, bem como a pluralidade e a identidade camponesa.

É preciso se fazer a análise para a compreensão das causas e consequências do desinteresse escolar, identificar os fatores que levam à desmotivação pelos estudos, promovendo a evasão escolar desses jovens e adultos, e diante disso, propor caminhos para modificar essa situação, levando em consideração o meio em que vivem.

Segundo Bogo (2008, p.27), a identidade para além da cultura centra-se no ser das coisas e nas perspectivas que apontam as mudanças para frente. As coisas não são o que são, mas aquilo que visam a ser, delineado pelo movimento de suas contradições internas, pois ao se fazerem antecipam em si as características daquilo que serão. O ser humano é um sujeito cheio de histórias, com seus acúmulos de experiências, mas sente-se oprimido por ser um sujeito do campo. Morar na zona rural faz com que ele seja diminuído por si só, e não se sente dono de sua própria história. O autor afirma ainda, que é a ação consciente do ser humano, através do trabalho ou de outra atividade cultural, como a arte, a educação e a pesquisa que nos permite passar de seres biológicos para seres sociais.

Como acadêmica do curso de licenciatura de educação do campo, consegui analisar e perceber a necessidade de uma educação do campo com qualidade, totalmente voltada para a nossa realidade da zona rural, com uma nova visão de mundo crítico. Nesse sentido, aprendendo com os estudos na LEdoC (licenciatura em educação do campo) fui estimulada a buscar conhecimento e entender como é a realidade do homem do campo e a sua desmotivação dos estudos, para daí poder contribuir com o desenvolvimento da escola e comunidade onde foram obtidas as informações para o desenvolvimento da pesquisa.

O objetivo geral é fazer o levantamento de informações para analisar e compreender as causas e consequências do desinteresse desses jovens e adultos por sua educação e o que leva à desmotivação pelos estudos, visando propor uma metodologia diferenciada, para responder às expectativas do sujeito do campo, no assentamento Pontal do Marape – Nova Mutum – MT,

escola Jorge Carlos Ferreira, juntamente com os educadores que ali trabalham.

Para isso, é necessário verificar os motivos da evasão escolar desses jovens e adultos, a relação deles com a escola e os educadores, compreender os motivos pelos quais os alunos não deram continuidade no aprendizado durante a vida escolar e propor métodos diferenciados voltados para a realidade do campo.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro diz respeito à contextualização abordando a descrição da comunidade, a metodologia da pesquisa, a comunidade escolar e as pedagogias da alternância na escola municipal do campo Jorge Carlos Ferreira. Quanto ao segundo capítulo, ele apresenta as principais teorias que fundamentam a análise dos dados. Já o terceiro capítulo consiste em analisar os dados para averiguar a questão da evasão escolar. Além disso, constam no final deste trabalho os dados compostos de questionários.

1. METODOLOGIA

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

O pesquisador utiliza da pesquisa etnográfica, entra em contato com as pessoas, familiarizando-se com o problema existente no assentamento. Dessa forma, ele pode construir hipóteses e coletar informações para a pesquisa. Como acadêmica, permitiu-me refletir sobre a forma de aprendizado construída ao longo do curso em Licenciatura em Educação do Campo.

De acordo com GIL (2010, p.127). “O pesquisador que se dispõe a realizar uma pesquisa etnográfica assume uma visão holística com vista a obter a descrição mais ampla possível do grupo pesquisado”. Neste trabalho pretendo levantar informações sobre os jovens e adultos moradores do assentamento Pontal do Marape. Assumo um olhar profundo sobre o problema vivenciado na comunidade e, para isso, utilizo a pesquisa etnográfica, ideal para contexto de campo. A partir dela, documenta-se o que as pessoas falam, em forma de entrevista ou áudio. O interessante é trazer a pesquisa com maior quantidade de dados possível para o enriquecimento do trabalho; obter informações da realidade vivenciada pelas pessoas, onde estamos em contato permanentemente com os problemas vivido com os entrevistados.

Este trabalho foi de fácil abordagem no que diz respeito ao acesso aos habitantes do local, pois a pesquisa se pauta em meu lugar de moradia. Através de um questionário individual, buscando entender a evasão escolar desses jovens e adultos, tenho o intuito de me aproximar e coletar informações necessárias. Apesar da facilidade no acesso às pessoas, encontrei muita dificuldade por receber, informações incoerente, o que prejudicou em alguns momentos o desenvolvimento da pesquisa.

Apreendi que, para vencer obstáculos, é necessário lutar sempre. Desistir nunca.

A presente pesquisa efetuada partindo da observação do grande número de evasão escolar ocorrida na Escola Rural do Assentamento Pontal do Marape. O levantamento de dados foi feito com base em pesquisa etnográfica e no diálogo com renomados autores da área, o que possibilitou a construção

de hipóteses e a coleta de informações para a pesquisa.

1.2 Descrição da Comunidade

O assentamento objeto da pesquisa denomina-se Pontal do Marape e localiza-se no município de Nova Mutum, estado de Mato Grosso. O município se localiza a 265 km de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso.



Figura 1– Mapa Mato Grosso/Nova Mutum
Fonte: Arquivo pessoal

De acordo com o site da Prefeitura de Nova Mutum, o projeto da reforma agrária começou em 1997, com a negociação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA com o dono da antiga fazenda denominada Três Cinco, com a intermediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Mutum – MT. O processo de desapropriação foi passivo e após sua concretização, o INCRA destinou uma área de 40 hectares de terra para cada parceleiro inscrito e selecionado. No ano de 1999, foi formado o Projeto de Assentamento - PA Pontal do Marape, que leva esse nome devido a dois rios que cruzam o assentamento, sendo estes, Rios Marape e Arinos.

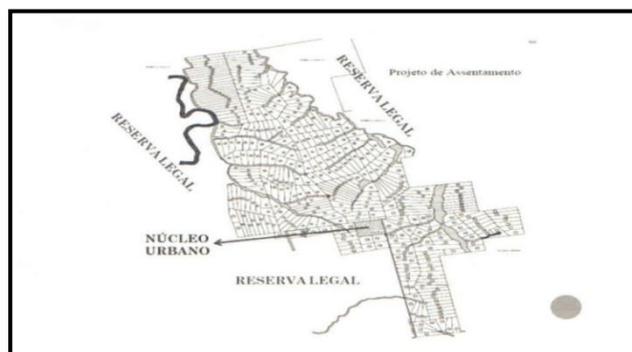


Figura 2– Projeto de Assentamento

Fonte: Arquivo pessoal

Em agosto de 1999, foi composta a primeira associação de agricultura familiar dos parceiros recebendo também a denominação de Pontal do Marape. Em outubro de 2000, deu-se início à demarcação dos lotes e no mesmo ano estes foram entregues para as pessoas cadastradas e selecionadas pelo Sindicato Rural de Nova Mutum e pelo INCRA. No ano 2001 foi entregue para cada morador do assentamento um quite de material para a construção de uma casade alvenaria de 42m² pelo INCRA¹.

Muitos destes beneficiários eram migrantes de diversas regiões do país, principalmente da região Sul, e de alguma forma, chegaram desterritorializadas, no entanto, levam em sua bagagem cultural costumes de seus locais de origem, trazendo consigo suas tradições, contribuindo para o acúmulo da cultura local.

A maioria das pessoas que ali vive é de origem sulista, no entanto, há também famílias de diversas regiões do Brasil, incluindo as famílias mato-grossenses. Tal fato contribui para a diversificação cultural local, acumulando saberes e conhecimentos como técnicas de plantio, o preparo da terra, horticultura, apicultura, horta medicinal, manejo de gado de corte e leiteiro, entre outros.

As perdas culturais e de relação com a terra, atualmente são bastante visíveis devido à presença do agronegócio, introduzido através do arrendamento de muitas parcelas para monocultura, gerando a ausência da cultura de produção alimentar dentro dos moldes da agricultura familiar. Ainda que um fator determinante para tais ocorrências seja a falta de incentivo para a comercialização e escoamento da produção, a necessidade de assistência de órgãos governamentais como a Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural– EMPAER no direcionamento dos recursos conquistados, a falta de organização social e cooperativas dos assentados em prol de novas conquistas. Essas rupturas atingem diretamente a superestrutura local, influenciando as ideologias e valores da comunidade, assim também como

¹ Levantamento de dados trabalho de história e memória tempo comunidade - dados coletados com o primeiro presidente da associação e antigos moradores da comunidade.

suas próprias culturas. Os aspectos ideológicos, políticos, econômicos e culturais são destaque em tais rupturas.

No aspecto cultural, a reterritorialização de diversas famílias migrantes na comunidade Pontal do Marape inibiu o desenvolvimento coletivo de suas culturas e tradições, fazendo com que elas não tenham muita expressão social, ficando restrita a manifestações familiares.

Devido a essas rupturas, a comunidade apresenta um nível desenvolvimento cultural, econômico e social lento em seu território. Tal realidade só pode ser revertida através de uma construção coletiva entre comunidade, escola e poder público, transformando a base econômica desta comunidade.

Considerando o fato de que a fazenda original era destinada à criação de gado, o espaço era quase todo desmatado, não havendo reserva nem mesmo de mata ciliar que circundasse as represas e nascentes do local. Atualmente a paisagem está bastante transformada, os parceleiros formaram pomares em suas residências e algumas nascentes foram reflorestadas através de um projeto desenvolvido pela Escola Jorge Carlos Ferreira. Localizada na agrovila do assentamento Pontal do Marape.

1.3 A Escola e a Comunidade Escolar

A dificuldade de acesso ao local é bastante grande, o assentamento está localizado a 150 km da cidade, destes, 94 em estradas de terra em más condições de conservação. Ele não conta com locomoção coletiva, exceto os ônibus escolares, que circulam somente em horários e períodos de aula, dificultando assim a comunicação e o relacionamento social dos moradores, já que grande parte dos parceleiros possui poucos recursos financeiros e não possui meios de locomoção.



Figura 3 – Barracão da escola
Fonte: Arquivo pessoal

O nível de escolaridade dos moradores é bastante baixo, sendo que grande parte não completou o Ensino Fundamental. O assentamento é uma comunidade pequena, composta de aproximadamente 400 famílias.

A escola em questão está inserida em um assentamento formado no ano de 1998, sendo que as aulas se iniciaram no ano de 1999. As aulas eram ministradas em um barracão de madeira, que, inicialmente era alojamento da antiga fazenda e contava com 35 alunos em sala multi-seriada, distribuídos em 3 ciclos de formação.



Figura 4 – Alunos da primeira turma
Fonte: Arquivo pessoal

No ano 2002, foi inaugurado o novo edifício, cuja estrutura física é equivalente à encontrada na cidade. A escola foi entregue com 790 metros quadrados de área construída, tem seis salas de aula, biblioteca, parque e cozinha para atender 250 crianças e adolescentes nos níveis de alfabetização e ensino fundamental. De acordo com o site da SECOM – MT, a obra foi feita em parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Nova Mutum, que

entraram, respectivamente, com 70% e 30% dos recursos. E foi a primeira escola de Mato Grosso construída nesses moldes. Como o assentamento foi fundado em 1998, pelo agricultor Jorge Carlos Ferreira, este empresta seu nome á escola.



Figura 5– Escola nova
Fonte: Arquivo pessoal

No ano 2003, foi implantado um anexo da Escola Estadual José Aparecido Ribeiro (cuja sede localizava-se na zona urbana de Nova Mutum), iniciou se uma turma do 1º ano do Ensino Médio e, a cada ano, acrescentou-se uma nova série. Com o passar do tempo e com o aumento da quantidade de alunos, foram feitas melhorias na estrutura escolar, como horta, acréscimo de quatro salas de aula, uma sala para laboratório de informática, uma biblioteca e uma quadra poliesportiva coberta.



Figura 6 – Salas de aula (frente)
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 7 – Salas de aula e pátio traseiro
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 8 – Quadra poliesportiva coberta
Fonte: Arquivo pessoal

Em Janeiro de 2012, foi encerrado o anexo da Escola Estadual José Aparecido Ribeiro e a Escola Estadual Padre Johannes Bertold Henning, assumiu o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, através da criação de um anexo no local, passando a escola a ofertar turmas das Séries Iniciais, Ensino Fundamental, Médio e EJA.

Atualmente a escola conta com 360 alunos matriculados. Para o atendimento dos alunos, a escola conta com 46 funcionários sendo: 01 Diretor, 01 Coordenador, 02 Secretárias Escolares, 18 professores, 01 auxiliar de

biblioteca, 01 Instrutor de Informática, 05 motoristas de ônibus, 05 Monitores de ônibus, 04 zeladores, 04 monitoras de pátio e 04 cozinheiras.

Todos os integrantes do quadro de professores são habilitados na área da educação, seja em pedagogia ou em áreas específicas. E não ocorre com os serviços de atendimento e apoio multidisciplinar, que é praticamente inexistente.

Em 2009, na escola Jorge Carlos Ferreira, foi implantada a Pedagogia da Alternância e a escola passou a se chamar Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira.

1.4 Pedagogia da Alternância na Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira

Partindo do preceito de que a vida do campo também ensina, a Pedagogia da Alternância propõe mesclar períodos em regime de internato ou semi-internato e outros períodos em casa. Durante trinta anos, esta metodologia foi utilizada no país por associações comunitárias, sem obter, no entanto, reconhecimento oficial. Atualmente, o MEC aceita esta metodologia e apóia sua disseminação.

De acordo com Cinthia Rodrigues(1935), esta metodologia teve seu início no ano 1935 na França por camponeses, com a intenção de evitar que seus filhos usassem a maior parte do dia no trajeto de ida e volta da escola ou de enviarem seus filhos para os centros urbanos, afastando-os da família e dos afazeres diários. Esta iniciativa chega ao Brasil por intermédio de uma missão Jesuíta, no estado do Espírito Santo no ano 1969 e rapidamente se espalhou por 20 estados, principalmente em áreas onde o transporte era mais dificultoso.

O principal destaque desta metodologia de ensino é a aplicação das disciplinas regulares do Ensino Fundamental e Médio e outras específicas, voltadas à agropecuária, no período em que os alunos estão na escola. No período em que o aluno está em casa, ele deve desenvolver projetos e aplicar as técnicas aprendidas na escola, sejam em hortas, pomares, criações ou plantações.

Na Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira, a implantação da Alternância visava oferecer à comunidade uma escola do Campo no Campo,

que pudesse, ao mesmo tempo, manter os jovens e adultos no campo e elevar o nível de desenvolvimento socioeconômico local. No entanto, junto com a nova metodologia, vieram os problemas. Entre eles pode-se destacar a infraestrutura que não oferecia facilidades ou conforto para que esses alunos permanecessem na escola por longos períodos. Outro grande problema enfrentado foi a baixa aceitação da nova metodologia por parte de pais e responsáveis, bem como dos alunos, que encontraram dificuldade em compreender tanto a metodologia quanto os objetivos da alternância. Tal situação provocou grandes conflitos e ocasionou diversas reuniões, nas quais a clientela escolar manifestava seu desejo de retornar à metodologia tradicional de ensino.



Figura 9 – Reunião para discussão da Pedagogia da Alternância
Fonte: Google imagens <https://www.google.com.br/search>

Neste aspecto, vale mencionar que em muitas das falas dos responsáveis pelos alunos, foi possível observar um grande preconceito referente à vida no campo, pois estes alegavam que, a nova metodologia dificultaria a entrada dos alunos nas universidades. Tal situação foi se arrastando, os professores se desdobrando para dar certo, vestiram a camisa e fizeram o possível, mas os pais começaram a não ver rendimento em seus filhos que, segundo eles, andavam cansados e sem uma visão mais ampla de mundo.



Figura 10 – Cobertura da mídia local

Fonte: Google imagens <https://www.google.com.br/search>

Os pais se uniram, fizeram um abaixo-assinado e acabaram com a pedagogia da alternância na escola e também com os sonhos dos professores, que davam tudo de si para dar certo. A pedagogia da Alternância na Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira do assentamento Pontal do Marape, durou dezoito meses, os pais de alunos venceram com suas mobilizações e as aulas voltaram para 20 horas semanais, sistema que permanece até hoje.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO

O estado de Mato Grosso, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, ocupa uma área de 903 357 km², dividindo-se em 141 municípios. De acordo com José Lacerda, secretário-chefe da Casa Civil do Governo de Mato Grosso, em artigo publicado no site da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, Mato Grosso conta com um total de 537 Projetos de Assentamento – PAs, que abrangem 84.269 famílias. Considerando-se um número médio de 3,5 pessoas por família, chega-se a uma população de aproximadamente 295 mil habitantes nos projetos de assentamentos. A maioria das escolas do campo está nos assentamentos da reforma agrária e enfrenta muitos problemas como formação dos professores, distância, dificuldade de transporte, etc.



Figura 11 - Mapa Brasil/Mato Grosso

Fonte: Arquivo pessoal

Reck (2007), afirma que, inicialmente, no Estado do Mato Grosso, a Educação do Campo era oferecida pelas empresas colonizadoras particulares, pois a escolarização já aparecia como reivindicação das classes populares. no entanto, esta não era voltada a esta população e fazia uso do mesmo material e conceitos da população urbana, o que dificultava a compreensão e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos alunos.

2.1 Breve Histórico da Educação do Campo no Brasil

Historicamente a educação rural brasileira foi relegada ao segundo plano, partindo do princípio elitista de que “gente que mora no mato, não precisa estudar”, que “estudos é pra gente da cidade” e outras afirmações parecidas. Contribui com essa ideia do estereótipo do homem da roça, tão difundido no país que pode ser observado na obra de Monteiro Lobato *Urupês*², no qual o autor faz críticas ao caboclo ou caipira, apresentando a figura do Jeca Tatu, um tipo preguiçoso, fraco e que não se adapta à civilização, incapaz de fazer melhorias no seu modo de vida.

Essa característica é mencionada por Leite (1999).

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade (LEITE 1999, P. 14).

Esses paradigmas vêm sendo quebrados em processo lento, porém constante de conscientização e os movimentos sociais defendem que o campo, mais que uma localização geográfica é o centro de grandes lutas e reivindicações políticas, possui cultura, tradições e costumes próprios, muito diferentes das populações urbanas. Portanto, são sujeitos historicamente construídos e essas características devem ser compreendidas e respeitadas, para a construção de uma educação que se adapte a seus usuários e não o contrário.

A educação do campo, apesar de muitos avanços e estudos, ainda hoje é baseada no modelo de educação utilizado na zona urbana, utilizando os mesmos materiais, como livros didáticos, que usam uma linguagem e fazem referência a objetos e situações que, muitas vezes não são acessíveis às pessoas que vivem no campo, principalmente às pessoas que vivem em assentamentos e em regiões mais pobres. Muitos assentamentos tiveram acesso à eletricidade, computadores, internet há pouco tempo, como o Pontal do Marape. Outros, ainda não têm tal acesso.

A Educação do Campo, do início do século XX, até pouco tempo atrás, era oferecida de forma muito precária, na maioria das vezes se resumindo a

²livro, publicado em 1918, é uma série de 14 contos, tendo como ênfase a vida cotidiana do caboclo: seus costumes, suas crenças e tradições.

convenções econômicas e políticas, voltada para os interesses dos detentores do poder, no caso os grandes latifundiários e tem sido um grande desafio, tanto para os movimentos sociais quanto para o Governo.

Ainda hoje é possível encontrar pessoas que pensam desta forma, acreditando que, para se fazer o trabalho agrário, não era necessário que os trabalhadores rurais tivessem muita preparação, nem que fosse necessária a alfabetização, e que seria suficiente que estes fossem analfabetos funcionais.

Além dos milhões de analfabetos absolutos, mais de 40 milhões de brasileiros continuam analfabetos funcionais, pois não sabem mais do que desenhar o próprio nome o que, numa sociedade tecnológica, não passa de analfabetismo (AHLERT, 2003, p.131).

Ahlert (2003) afirma que a dificuldade de acesso à educação no campo levava a um processo migratório dos filhos dos produtores rurais que possuíam condições financeiras para tal, e partiam para a cidade para estudar, ou complementar seus estudos, pois as “Escolinhas Rurais” ofereciam geralmente, apenas o Ensino Fundamental, em salas multiseriadas. Geralmente os filhos de produtores que migravam para as cidades, ao terminar seus estudos, se estabeleciam nos centros urbanos, o que provocava um “esvaziamento” do campo, dificultando assim a produção e o desenvolvimento da Zona Rural, perpetrando a imagem de local atrasado tecnológica e culturalmente.

Para modificar este quadro, se introduz a Educação do Campo na Constituição de 1934, sem, no entanto, alterar muito a situação já constituída.

Art.156. A União, os Estados e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativo.

Parágrafo único. Para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. (BRASIL, 1934)

A Educação do Campo sempre se fundamentou em resoluções emergenciais, sem considerar as necessidades, conhecimentos prévios, localização geográfica, culturas e tradições locais.

A escola brasileira, de 1500 até início do século XX, serviu e serve para atender as elites, sendo incessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros (as) e trabalhadores (as) rurais não precisavam aprender a ler e escrever, pois, para desenvolver o trabalho agrícola o letramento era desnecessário. (ROCHA, PASSOS E CARVALHO 2004, p.1)

As autoras Eliene Rocha, Joana Passos e Raquel Carvalho efetuam uma análise referente aos efeitos negativos ocorridos pelo descaso do governo

quanto à Educação do Campo.

Em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infraestrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo (ROCHA, PASSOS E CARVALHO 2004, p.1),

O crescimento do agronegócio, a industrialização, a Reforma Agrária, o surgimento de assentamentos, o acesso mais fácil a equipamentos tecnológicos e, sobretudo, à conscientização da população do campo quanto a seus direitos cidadãos, levam ao surgimento de movimentos e discussões referentes ao tema da Educação do Campo e sua adequação.

Atualmente, muito tem se discutido e lutado por se criarem Políticas Públicas que estrutrem a Educação do Campo. A saber:

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais³.

De acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2004), o Movimento de Articulação por uma Educação do Campo surgiu nos meados da década de 1990, quando movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se uniram a entidades de organizações sociais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil- CNB e a Universidade de Brasília - UnB, iniciaram as discussões com Estado a respeito das prioridades educacionais e das demandas da Zona Rural brasileira.

Esse processo, segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004), significou um grande avanço e deu início ao diálogo entre a Sociedade Civil e o Estado, o que significou o reconhecimento da necessidade de construção de um Projeto Político Pedagógico – PPP voltado para o campo, que é carregado de idiosincrasias e diversidades que, apesar de sua pluralidade sócio cultural,

³Fonte: Secretaria do meio ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PolíticasPublicas.pdf
Acesso em: 03 de Março de 2014 09 h. 51 min.

está unido pelo princípio de equidade e justiça socioambiental em suas reivindicações e plataformas políticas.

Caldart (2002, p. 15), afirma que a ideia da Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo surgiu, durante o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - I ENERA que, a partir da descentralização das discussões nos estados, as práticas pedagógicas para a zona rural, eram colocadas pauta das reflexões e surge daí, uma nova perspectiva de pensar a Educação do Campo.

A autora afirma ainda que, todas as vezes que foram discutidas as políticas educacionais ou um projeto pedagógico específico, isto foi feito “para” o meio rural poucas vezes “com” os sujeitos do campo. “Além, de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos” CALDART (2002, p. 28).

A Conferência materializa o Movimento de Articulação por uma Educação do Campo, que contribui na construção do Seminário Nacional de Educação do Campo, ocorrido em Brasília, no ano 2002.

Bogo (2008) afirma que é a ação consciente do ser humano, através do trabalho ou de outra atividade cultural, como a arte, a educação e a pesquisa que nos permite passar de seres biológicos para seres sociais.

Nessa perspectiva, é necessário que se identifique e verifique quem e como são os Sujeitos da Educação no Campo, quais as Políticas Públicas existentes para este segmento da sociedade e quais as conquistas alcançadas.

2.2 Os Sujeitos da Educação no Campo

A autora Roseli Caldart (2004), afirma que os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo.

Aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam pra continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos de resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria

desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas. (CALDART, 2004, p. 152),

Apesar de que já houve grandes conquistas por parte da classe trabalhadora da zona rural, como a formação de projetos sociais que visam a contribuir para superar a subordinação impostas pelas Políticas Públicas e a luta por uma educação do campo, ainda é necessário que se desenvolvam métodos educacionais com o olhar para e da escola rural, oferecendo uma educação totalmente voltada para atender as famílias do campo, rompendo com os preconceitos e as barreiras quando se fala em Educação do Campo.

Caldart (2004) afirma ainda que o que se observa na prática é que há um grande esforço para que se conquiste a alfabetização de crianças, jovens e adultos na zona rural e também uma luta constante pelas escolas de assentamento e pela formação de professores voltada para educação do campo, porém o sujeito do campo deve ter sua própria identidade. A escola faz parte da vida do indivíduo, por isso, faz-se necessário desenvolver a consciência crítica dos educandos, que levem à reflexão de uma visão de mundo, tendo como referência sua própria história, compreendendo-a e valorizando-a.

Nesse sentido, a educação deve ser voltada para o campo, respeitando seus saberes, possibilita ao sujeito do campo criar e recriar suas condições subsistência e crescimento, a educação e o aprendizado fazem parte da vida do ser humano. Caldart (2004), afirma que somos um só povo; e somos a parte do povo brasileiro que vive no campo e que, historicamente, tem sido vítima da opressão e da discriminação, que é econômica, política e cultural. Afirma ainda que nos construímos de acordo com o meio em que vivemos.

Por isso é importante que as Políticas Públicas estejam voltadas para maiores investimentos na educação do campo, pois, o papel da escola é formar indivíduos capazes de ter conhecimento do trabalho manual e o intelectual, para que se desenvolva a maturidade de definir o certo do errado, saber lutar pelos seus ideais e por aquilo que é de direito sem esquecer sua identidade camponesa. Para tal, é necessário que a escola, além de ensinar a ler e escrever, trabalhe de acordo com o local em que se encontra, tendo como

princípio educativo o amor e o respeito pela terra e por sua identidade.

Para Caldart (2004) o sistema ainda atua na forma de desconstruir os princípios ativos de nossa escola do campo, fazendo com que ela se torne tradicional, totalmente voltada para cidade, desconstruindo assim, os valores adquiridos no meio rural. Cabe ao homem do campo, lutar para construir e fazer valer sua identidade, para fazer uma nova escola que tenha como princípios o respeito e a garantia da dignidade do ser humano.

Caldart afirma ainda que a Escola do Campo deve ser o instrumento de base para a construção da vida no campo e vinculada a essa realidade, respeitando e preservando os saberes da comunidade, que é rica em saberes e ideias que podem contribuir com o planejamento educacional e do currículo escolar. Neste trabalho, o foco está na Escola Jorge Carlos Ferreira, do assentamento Pontal do Marape, onde se acredita que novas possibilidades podem ser exploradas, respeitando a terra e os seres que nela habitam.

Reck (2007 p.40) enfatiza que é preciso, mais do que nunca, como desafio à Educação do Campo, re-conceber o campo e sua gente e assim, a própria sociedade. Nesse sentido, é necessário problematizar, questionar e compreender o valor ético e moral de nossa comunidade, nos permitindo olhar para a história dos outros e para nossas histórias, desprovidos do olhar preconceituoso, com o qual estamos acostumados, para que se construa uma escola viva, que agregue, além da educação formal, os saberes do campo. Para que isso ocorra é necessário que haja o diálogo com o pequeno agricultor, bem como com a população rural, para que se crie uma educação básica com conteúdos curriculares e metodologia própria ao público para qual está voltada.

CAPÍTULO 3

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Ao se iniciar o processo de pesquisa, foram elaborados questionários a serem utilizados como base para a posterior análise. No entanto, ao se iniciarem os trabalhos de levantamento de dados e aplicação dos questionários, observou-se que a maioria das pessoas selecionadas para responderem os questionamentos se mostrou intimidada e se recusou a fornecer as informações necessárias para que se fizesse o levantamento.

Diante de tal fato, optou-se pelo levantamento dos dados através de conversas informais com alunos, professores e funcionários ligados à educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira.

3.1 Análise das Entrevistas com Funcionários da Escola

Quanto às entrevistas com a coordenadora e demais funcionários da escola, foi possível observar que estes sentem muito orgulho de seu trabalho e que realmente têm interesse por seus alunos e pelo desenvolvimento tanto da escola quanto pela comunidade.

No que se referem à Evasão Escolar, os dados foram solicitados à coordenadora da escola e são apresentados na sequência.

3.2 Evasão Escolar no Ensino Regular

De acordo com as informações obtidas, no ano de 2013 foram matriculados 309 (trezentos e nove alunos) no Ensino Regular, destes, apenas umaaluna que cursava o terceiro ano do Ensino Médio desistiu de seus estudos,apresentando, portanto, um índice baixo de Evasão.

Quanto à reprovação no Ensino Regular, os índices são igualmente baixos, e no mesmo ano somente três dos 309 alunos foram reprovados, sendo que todos cursavam o Ensino Médio. Este índice se justifica, pois a escola trabalha com regime de Escola Ciclada, o que elimina a reprovação dos alunos.

3.3 Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos

No que se refere à Evasão Escolar na modalidade EJA, não foi possível se efetuar a coleta de dados numéricos, pois, sempre que questionados, os funcionários da escola apresentaram respostas evasivas como “vários alunos desistiram para trabalhar”, entre outras respostas de teor semelhante.

No entanto, pode-se afirmar que a implantação desta modalidade na Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira, não obteve sucesso e a quantidade de alunos evadidos, bem como a pouca procura por matrículas para o ano letivo 2014, foi suficiente para que se abolisse a oferta de aulas na modalidade EJA na escola.

Devido a este fato, a escola oferta à população que tem interesse em concluir seus estudos, auxílio na inscrição para os exames supletivos e um ônibus que levará os moradores à sede do município para efetuarem as provas que possibilitam a certificação de conclusão do Ensino Fundamental ou Médio, de acordo com a opção do candidato.

3.4. Análise das Entrevistas com os Alunos

Ao se efetuarem as entrevistas com os alunos, foi dada prioridade aos que cursaram a modalidade EJA, na faixa etária entre 17 e 25 anos. A maioria dos entrevistados é do sexo masculino e afirmam que se sentiram desmotivados durante as aulas, por razões muito semelhantes, conforme apresentadas a seguir.

3.4.1 Motivos de Evasão na Visão do Aluno

O principal motivo de evasão escolar apresentado pelos alunos é a necessidade de trabalhar, para estarem ajudando nas despesas da casa. A família é numerosa, e o jovem já sente a responsabilidade de assumir junto com seu pai a forma de sustentar a família.

E vem a dura escolha entre estudar ou trabalhar, tendendo para o lado do trabalho, colocando o estudo para o segundo plano em sua vida, abandonando a escola. E se ele opta em trabalhar e estudar ao mesmo tempo,

se sobrecarrega, geralmente não consegue conciliar os dois e acaba desistindo da escola, durante o ano letivo.

Não irá prestar atenção na aula, preocupado com seus afazeres do dia seguinte, precisa levantar muito cedo para o manuseio do gado leiteiro e do trabalho na lavoura e no transporte. Isso ocasiona grande desmotivação, principalmente, segundo os alunos, porque as aulas são pouco dinâmicas, muito teóricas e além de tudo, não são direcionadas para a população do campo, deixando de considerar os saberes dos mais velhos.

Uma metodologia diferenciada, intercalando teoria e práticas, resgatando conhecimentos, de geração para geração, preservando costumes, como por exemplo: armazenar sementes crioulas, plantar e colher de acordo com as fases da lua. Assim, os jovens estariam aplicando o aprendizado em seu próprio local de moradia, conservando o aprendizado dos mais velhos, podendo dar mais valor à terra, que seu pai lutou tanto para conquistar no assentamento.

Como esses valores não são enfatizados e repassados pela escola para serem compartilhados com sítio os familiares, o desinteresse dos adolescentes ocorre constantemente, e o sujeito acaba optando pelo abandono dos estudos, pois não encontra motivação para permanecer na escola e prosseguir com seus estudos.

Muitas vezes, vão embora para cidade em busca de alternativas de trabalho, e acabam não voltando mais para o assentamento, nem terminando seus estudos, fixando a sua moradia na cidade ou na fazenda onde vão trabalhar.

Os pais, na maioria dos casos, valorizam mais o trabalho e não incentivam os filhos a permanecerem na escola. Deixam para o jovem tomar a decisão de permanecer ou abandonar a escola, se isentando da responsabilidade que lhes cabe como pais.

Mas, eles vão trabalhar não se dando conta do prejuízo que estão causando para sua vida, ao fazerem escolhas equivocadas, priorizando o trabalho remunerado ao invés de valorizar o estudo. O jovem pensa na família, vê a vida difícil que o pai leva, e não quer isso para ele.

Nas minhas entrevistas com os jovens que ainda permanecem no

assentamento, senti certa amargura em seus depoimentos, ao afirmarem que a escola não era atrativa. E que a abandonaram também porque precisavam trabalhar para ajudar a família, assumindo desde muito cedo a responsabilidade e o compromisso de estar ajudando na renda familiar para custear as despesas da casa. Conseguimos ver a garra e a vontade desses jovens em exercer uma profissão em que há perigo, em cima de um cavalo, dirigindo trator, caminhão e até mesmo uma colheitadeira moderna.

Alguns desses jovens dizem “quando for possível, volto a estudar, mas neste momento meu pai precisa de mim e sinto que preciso ajudá-lo, é meu dever”. Outros mencionaram a distância a ser percorrida de sua residência até a escola, precisando ficar na estrada longe de sua casa para esperar o transporte escolar. Sendo frequente a falta de transporte, porque o ônibus quebrava e não passava, e outras vezes por causa da chuva. O cansaço ia batendo, não se importando de voltar para casa e descansar quando o ônibus não aparecia. E assim foram se desinteressando também pela escola, pois quem mora mais perto da escola percorre três quilômetros e o mais longe percorre cinquenta, considerando ida e volta, em torno de quatro horas diárias, dentro do ônibus.

A escola está dentro de um sistema que a impede de motivar esses jovens a retomar seus estudos. Até o EJA não teve quantidade suficiente de inscritos, e não foi possível ter sala de aula funcionando este ano de 2014. Mas a escola tem o compromisso de levar os jovens e adultos para a cidade, uma vez por mês, para realizarem as provas.

3.4.2 Dados coletados com alunos da escola Pontal do Marape

Durante a coleta de dados, foi encontrada certa dificuldade no preenchimento do questionário (anexo). Os questionamentos buscavam coletar dados referentes idade, Sexo, renda familiar, Recorrência de evasão escolar e seus motivos, sugestões para redução da evasão escolar, possibilidades de aprendizagem após trabalhar o dia todo, possibilidades de retorno aos estudos, prejuízos causados no indivíduo, na sociedade e aos cofres públicos com a evasão escolar, motivos da evasão, nível de satisfação quanto à escola

(administração, corpo docente e metodologia) e qualidade da merenda escolar. Portanto, foi solicitado aos entrevistados que lessem e discutissem as questões com a entrevistadora, para que justificassem os motivos de sua evasão.

Ao se fazer a pesquisa com os alunos evadidos da Escola em análise, foi possível observar que a maioria é composta de jovens com idades que variam entre 17 e 25 anos de idade, do sexo masculino, pertencentes a famílias de baixa renda, cujos pais ganham menos de um salário mínimo de renda fixa e que, complementa a renda familiar com a venda do excedente da produção de verduras, frutas, frangos, ovos entre outros, que são produzidos nas propriedades, como cultura de subsistência. Observou-se também que a maioria se viu forçada a abandonar os estudos entre 15 a 16 anos para trabalhar no intuito de ajudar na renda familiar.

Quanto aos quesitos referentes aos prejuízos causados no indivíduo, na sociedade e aos cofres públicos com a evasão escolar e para se evitá-la, a maioria apontou para a necessidade de atenção especial do governo, tendo um olhar mais atento às famílias carentes, e também a necessidade de transporte escolar de qualidade para todos.

São transcritos na sequência, alguns fragmentos das respostas obtidas.

Aluno Um - J.S

Eu não consigo ficar prestando atenção na aula, até durmo na carteira (risos) já tou muito cansado de tanto trabalha em cima de trator sobe e desce, não tem perna que aguenta (risos).

E, é por esse motivo que parei de estudar e hoje não quero mais volta estuda já tenho que cuidá do meu futuro i é trabalhando mesmo no pesado se não for assim, não posso ajudar meu pai minha mãe.

Aluno Dois R.P.S

É difícil estudá e trabalhá, não consigo nem presta atenção na aula cochilo de olho aberto (risos..) daí me dá uma agonia, na sala só quero fica lá fora e com isso o estudo não rende. Perco meu tempo e a professora perde o dela, que ta ali todos os dias para ensina nós daí eu parei e não quero mais estuda porque tenho de ajudá minha família não dá pra nois se mantê só o que meu pai ganha, daí faço diária em cima de cavalo todo dia.

Aluno Três M.F

Eu tenho que escolhe entre trabalhar e estudar (pausa) moro longe e quando chego em casa já não quero mais i pra escola já tou cansada de tanto trabalha e sei que não vou prestar atenção no quadro e nem na professora que ta falando, então prefiro ficar em casa e trabalha daí eu também posso ajudar meus pais no final do mês.

Aluno Quatro R.S

Quando fiz 17 ano parei de estuda não prestavaatenção na aula só queria dormi na carteira (risos) Nois que mora no sitio e difícil faze as duas coisa estuda e trabaia..nois temo que pensa em nossa famia, que tem que come e não gosto de estuda gosto memo é de trabaia e te dinheiro no finar do méis.

AlunoCinco M.S

Parei de estudar para estar ajudando a minha família, eu não conseguia prestar atenção na aula, não rendia o meu estudo todos os dias eu já estava cansada, não dá para fazer nada que eu pudesse aproveitar, mais eu gosto mesmo é de trabalhar assim consigo ajudar em casa na renda familiar me sinto melhor assim, quem sabe um dia eu volto a estudar.

Aluno Seis Z.P

Eu parei de estuda porque não prestava atenção na aula, no final da tarde eu já estava cansada, e faltava muita aula mais eu sempre pensei em minha família que agora precisa de mim para ajudar na despesa da casa, e trabalhar e estudar eu preciso neste momento do trabalho... (suspiro) parecia triste.

Todos sabem do prejuízo que estão causando a si mesmos e aos cofres públicos, mas também colocam a família em primeiro lugar. Alguns dizem que talvez um dia voltem a estudar e outros não querem mais nem saber, já pensando em casar e fazer seu futuro, como trabalhador braçal como os seus pais. E não pensam em voltar a estudar, por achar que seria como começar tudo de novo, e por outro lado cairia a renda familiar. E isso seria impossível neste momento terem que fazer uma opção. Optando pelo, trabalho, eles abandonariam os estudos, deixando assim de concluí-los e ficando sem formação.

Os aspectos mais importantes para os alunos seriam se a escola fosse voltada para a educação do campo. Tendo curso técnico onde poderiam estar aplicando no próprio sitio o seu aprendizado e melhorando a subsistência da família desses alunos, o que acaba causando a evasão escolar e o seu desinteresse pelos estudos. Quando surge oportunidade em outro lugar, não podem sair daqui, pois se encontram em dificuldade para se auto-sustentar fora do sitio.

Os professores fazem tudo o que podem para os alunos, mas eles também seguem um sistema onde não podem fazer nada. É por isso que quando surge uma oportunidade, eles abandonam o estudo para trabalhar.

Quanto à merenda escolar, é regular que se oferecem o café da manhã, o almoço e a janta, quando era oferecido o EJA. Nesta escola, temos excelentes profissionais na direção da escola, e os professores mostram segurança em sala de aula ao estarem repassando os conteúdos aplicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados obtidos, da leitura dos textos dos diversos autores que embasaram a pesquisa como Oliveira (2001), Reck (2007), Bogo (2008), Caldart (2004) e Arroyo (1999). Podemos concluir que, quando se trata da Educação do Campo, é preciso se ter muito cuidado ao se fazer afirmações precipitadas, pois a dinâmica de vida de um morador da zona rural é muito diferente da vida de um morador da zona urbana. Portanto, as políticas públicas e serviços devem ser pensados e voltados para este segmento da sociedade de uma forma muito específica.

No que se referem à educação, mais especificamente, é necessário que se repense não somente a metodologia e a aplicação de conteúdos fragmentados, adaptando-os para a educação do campo, que não sejam isolados os saberes da comunidade. Façam parte da vida do estudante que se sente parte integrante atribuindo sentido aos conteúdos, dando valor ao local em que vive. Pois assim, ele vai crescer querendo aprender cada vez mais, para se tornar mais um pesquisador podendo fazer o repasse do seu saber, evitando assim, a evasão escolar desses jovens e adultos. Permanecendo em seu ambiente, colocando a cidade como parte integrante de sua vida, mas não como elemento único e fundamental de seu crescimento e desenvolvimento.

Oliveira (1991; 2001) enfatiza muito bem a vida adulta como etapa substantiva do desenvolvimento. Porém, o trabalho do camponês já traz consigo a pedagogia da terra. O sujeito do campo deve valorizar as suas próprias lutas, independentemente da forma de participar e tomar decisões existentes na escola do campo e se tornar sujeito de sua própria história.

Assim, o povo não pode se dar por vencido, ele deve lutar pelos seus direitos, por uma sociedade mais justa para que não haja mais desigualdade social, pois, as lutas são de longas datas, já percorreram grandes jornadas. E sem lutas, não há grandes vitórias, nada se conquista nem mesmo uma boa educação do campo, onde haja igualdade para todos os camponeses. Pois, nem só da comida vive o homem, ele tem sua cultura, sua arte e seus acúmulos de saberes. No entanto, o que as políticas públicas fazem é oferecer cestas básicas, não atendendo suas reais necessidades. Precisa-se de uma

escola do campo totalmente voltada para o campo onde o homem é rico em sua cultura e em seu amor próprio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Alvor. **Políticas Públicas e Educação na Construção de uma Cidadania Participativa, no Contexto do Debate Sobre Ciência e Tecnologia**. EDUCERE – Revista da Educação, p. 129-148, vol. 3, n.2, julho/dez., 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 2. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934). Brasília/DF: Casa Civil Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 10 mar. 2014.

CALDART, Roseli Salete. (2004). In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes.

Educação do campo: In identidade e políticas públicas – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002.

ESTADO DO PARANÁ **Diretrizes Curriculares Da Educação Do Campo**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf>. Acesso em: 12de mar. 2014.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, 2010.

INCRA/MT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso. **Dados sobre Assentamentos da Reforma Agrária**. Cuiabá: INCRA/MT, 2008.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: Urbanizações e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTEIRO LOBATO, José Bento. **Urupês**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991; 2001.

RECK, Jair (Org.). **Novas Perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso, contextos e concepções: (re)significando a aprendizagem e a vida**.

Cuiabá: Defanti, 2007.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO Raquel Alves de. **Educação do campo: Um olhar panorâmico**. II Conferência Nacional de Educação do Campo. Luziânia-GO, 2004. Disponível em: <<http://www.uemanet.uema.br>> Acesso em: 20. jun de 2011.

RODRIGUES, Cinthia. **Pedagogia de alternância na Educação rural** in Revista Nova Escola. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/salvacao-lavoura-497826.shtml>>. Acesso em: 16 de fev. 2014.

SCHAEFER, Padre Renato. **Nova Mutum - História e Fundação**—Nova Mutum Gráfica Mutum, n/d.

PISTRAK, MoiseyMikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA - EDUCADORES

- 01). Com o que o professor relaciona a evasão escolar?
- 02). Como o professor entende pelo desinteresse do aluno?
- 03). Como o professor define as aulas?
- 04). Como relaciona o conteúdo com a vida do campo?
- 05). O que os alunos acham atrativo ou desmotivador?
- 06). O que leva à evasão escolar?
- 07). Qual seria a constituição desses pais na escola?

APÊNDICE II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA - ALUNOS

- 01). Sua idade atual está entre:
 - 16 e 20 anos
 - 21 e 24 anos
 - Mais de 25 anos
- 02). Sexo Masculino Feminino
- 03). A faixa salarial de sua família é de:
 - Até um salário mínimo
 - Entre um e dois salários mínimos
 - Entre três e cinco salários mínimos

Mais de cinco salários mínimos.

04). Você já abandonou a escola alguma vez?

Sim Não

05). Em caso afirmativo da questão anterior, você abandonou:

- Para trabalhar e ajudar a família
- Porque não gostava de estudar
- Porque não aprendia nada
- Porque não tinha meio de transporte para chegar até a escola
- Por outras causas

06). Na sua opinião, para melhorar a situação da evasão escolar atual, seria necessário:

- Mais atenção do governo com as famílias mais carentes
- Melhorar as condições da escola
- Ter professores mais pacientes com os alunos
- Oferecer transporte escolar de qualidade para todos os alunos
- Tomar todas estas e outras medidas

07). Na sua opinião, um aluno cansado do trabalho e preocupado com problemas na família, consegue aprender bem o que os professores ensinam?

Sim Não

08). Você acredita que:

- Todos os alunos que abandonam a escola, voltam
- Apenas alguns voltam
- nenhum volta

09). Você conhece os prejuízos causados em você, na sociedade e os cofres públicos com a evasão escolar?

Sim Não

10). Você gostaria de voltar a estudar e terminar o curso?

Sim Não

11). Quais os motivos da não conclusão?

12). Quais os aspectos mais importantes na percepção dos alunos?

13). Você gosta de estudar nesta escola? Sim Não

14). Se surgisse outra opção você trocaria de Escola?

Sim Não

15). Você está satisfeito (a) com a metodologia dos professores?

Sim Não

16). Caso surgisse uma oportunidade de trabalho você deixaria de estudar? Sim Não

17). Como você avalia a merenda da escola?

Excelente Boa Ruim Regular

18). Você está satisfeito (a) com a Direção Escolar?

Sim Não

19). Os Professores mostram segurança no momento de repassar os conteúdos em sala de aula? Sim Não

20). As causas da evasão nesta escola são dos?

Alunos

Pais

Professores

Direção

Infraestrutura

21). O que você gostaria que tivesse na escola do campo?

22). Como gostaria que fossem as aulas?

23). Como poderia ser a participação das famílias na escola?

24). Qual a metodologia usada pelo professor? Ele é mais prático ou teórico?